

Primeiro, o fato é que do ponto de vista do tratamento político dado a essa matéria, os governos Witzel-Cláudio Castro, se lixaram para elas, porque essa decisão do Supremo Tribunal Federal, em relação a participação do município do Rio na parcela da cota-parte do ICMS, que é disciplinada por lei estadual, é uma decisão tomada em definitivo pelo Supremo, em maio de 2019. Então, já era para ter sido enviada para a Casa uma matéria com equacionamento dessa situação há cerca de três anos e meio, isso alcança o governo Wilson Witzel e o governo Cláudio Castro, mesmo em relação à pauta da educação, porque são dois temas que se relacionam, Deputado Chico Machado, mas como Vossa Excelência bem sabe, tem especificidades.

Eu disse, ontem, aqui e repito: os dois temas têm a ver com o ICMS, os dois temas têm a ver com cota-parte ICMS, mas uma questão, é como dar consequência à decisão tomada pelo Supremo em relação ao município do Rio, e a outra questão é como cumprir a Emenda Constitucional 108, que apresenta recursos novos para a educação, que é o ICMS da educação, como a gente tem chamado.

Mesmo nessa segunda parte da educação, o governo também tratou com pouco caso, porque a Emenda de 26 de agosto de 2020, a Emenda Constitucional 108, e a mensagem do governo Cláudio Castro para disciplinar matéria, regulamentar matéria na esfera estadual, é de exatos dois anos depois, 26 de agosto de 2022, último dia do primeiro prazo estabelecido pelo MEC. Depois disso já houve, Deputado Luiz Paulo, duas prorrogações, uma prorrogação de setembro e a prorrogação para outubro, essa última foi 16 de outubro.

Então, de fato, como os Deputados já falaram, não poderiam fazer melhor, e nem vou repetir, porque não é necessário, nós já estamos no risco iminente, muito provável, de perda de recursos por parte das secretarias municipais de educação. Se a gente botasse a matéria o mais rápido possível, talvez ainda houvesse tempo de negociação com o MEC para desconsiderar essa inadimplência, digamos assim, do Rio e na votação do diploma.

Portanto, Vossa Excelência não estava aqui ontem, eu sou um dos que acham que esse tema do Rio, é a minha leitura, não é a verdade sobre os fatos, é a minha leitura, esse tema do ICMS do Rio, que é um tema que tem que ser resolvido, porque é muito justo. Além disso, tem decisão transitada em julgado no Supremo, a meu ver, poluiu um pouco o debate do ICMS da Educação, poluiu um pouco. E eu falava aqui que se a gente pudesse ter votado no ICMS da educação e uma outra matéria específica sobre ICMS do Rio, teria sido muito melhor. O problema é que o governo mandou essa matéria.

Eu fiz questão de começar falando, Deputado Chico Machado, que o governo politicamente tratou mal, porque tecnicamente demorou, Deputado Luiz Paulo, mas teve um tratamento, teve um grupo de trabalho que produziu uma minuta. Então, tecnicamente demorou a começar, mas teve um tratamento. Agora, quando parou na Casa Civil, não aconteceu nada.

Então, Deputado Chico Machado, vou concluir, serei breve, retirar matéria de pauta sem que o governo aponte um cronograma para mandar mensagem, a gente vai ficar com muita fragilidade. Inclusive ontem, disse aqui já no final da reunião, que com relação à questão, não da inclusão do Rio porque é líquida e certa, mas em relação ao escalonamento do pagamento do passivo de 25, 26 anos, eu falei ontem aqui e quero repetir, eu ainda não estava seguro sobre os dados, sobre os números, principalmente, porque tem números diversos aqui.

Então, para resumir, se o governo vai pedir para retirar de pauta a matéria, se vai fazer essa solicitação ao Parlamento, isso só pode ser acompanhado de uma sinalização do mesmo governo de: em que prazo vai mandar a mensagem, porque senão, nós vamos ficar aqui em um limbo completo, não teremos o que dizer às secretarias municipais de educação e os prejuízos serão incontornáveis. Então, é um pouco do que eu acho na linha dos dois Deputados que me antecederam. O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Eu vou passar para a Deputada Martha Rocha, e volto ao Senhor, depois ao Ferreirinha. Deputada Martha Rocha.

A SRA. MARTHA ROCHA - Bom, boa tarde a todas e todos. Quero saudar aqui os nossos companheiros de Parlamento, Deputado Luiz Paulo, Deputado Flávio Serafini, Deputado Waldeck Carneiro, Deputado Renan Ferreirinha, saudar de uma forma muito fraterna o Deputado Chico Machado que hoje assumiu esse papel tão relevante de líder do governo e que acaba sendo, mesmo aqueles que, como eu, não fazem parte da base do governo, mas é também um articulador e um canal de diálogo que a gente estabelece aqui com o Governo do Estado. E aí, ver o Senhor, Deputado Chico Machado, que foi sempre respeitoso, fidalgo na sua tratativa, sem dúvida nenhuma, é muito bom.

Eu quero fazer aqui uma observação para fala um pouco do sentimento que eu estou sentindo aqui porque hoje nós estamos na 4ª reunião aqui, se nós considerarmos que estamos em Audiência Pública e reuniões nós estamos na 4ª Sessão para discutir dois projetos, para discutir um projeto conseguindo conjugar aqui um interesse da Comissão de Tributação e um interesse da Comissão de Educação que é o interesse do povo do Estado do Rio de Janeiro, mas fazendo esse debate de uma forma muito lúcida e de uma forma muito respeitosa e fraterna entre nós e o governo.

No momento das audiências públicas o governo esteve aqui presente e a gente só ouviu uma questão, que foi que a secretaria de educação ainda não havia se preparado para esse debate. Quero insistir de dizer que há uma continuidade de uma postura do Governo de Estado que é a rotatividade dos secretários, é assim na Educação, é assim na Fazenda, é assim no Transporte, é assim na Saúde. Aí, fico me perguntando que cada vez que se tem uma rotatividade dessa, se começa tudo novamente. Mas, esse tema aqui foi decidido pelo Supremo Tribunal Federal, em 2019, e o Governo do Estado montou um grupo de trabalho, e nós só conseguimos um relatório do grupo de trabalho porque conseguimos através da Defensoria Pública, porque até hoje estamos esperando, embora tenha sido solicitado pela Comissão de Tributação e, salve melhor juízo, também pela Comissão de Educação, o resultado desse relatório. E quero falar aqui que eu mesma fiz um ofício ao Governador, ao Líder do Governo e à Secretária da Casa Civil alertando o governo sobre o término do prazo que se dava em 26 de agosto.

Quando a gente vai para a leitura atenta desse relatório que foi feito pelo Dr. Luiz Cesar Rocha *Moretzsohn*, que é Superintendente de Tributação, ele deixou de uma forma muito clara. Ele diz que houve um trabalho muito exaustivo e que o único município que deu algum tipo de contrapartida em uma nota técnica foi o município do Rio de Janeiro, embora todos os municípios tenham sido acionados. Ele apresenta uma minuta em 2021 e essa minuta traz, pelo menos, se o governo cria um grupo de trabalho, o grupo de trabalho é o olhar e o entendimento do governo, ele diz que tem que ser pago ao município do Rio de Janeiro e que tem que ser pago o passivo em 52 anos, obrigada. Ele faz até uma leitura que eu achei interessante que ele dá o dobro do número de anos que o município do Rio de Janeiro está esperando para receber este benefício.

Por outro lado, a Secretária Municipal de Fazenda do Governo do Município do Rio de Janeiro esteve aqui conosco e falou de uma tratativa com o governo de 15 anos e não de 42 anos.

Então, o que me causa espanto é exatamente essa questão porque eu não consigo entender, embora eu ache que seria mais fácil, a retirada mais fácil, não para nós, mas mais fácil para a dinâmica da Casa, talvez seja isso, mas o fato é que a gente tem atrelado, eu queria entender qual é a motivação da retirada de pauta. A motivação

é a questão do pagamento do município do Rio de Janeiro? Porque se isso for o mais importante, o governo tem que fazer chegar aqui uma outra mensagem de lei separando essas duas questões, que deve chegar nessa Casa amanhã.

Quando eu falo amanhã, Deputado, eu não falo no sentido figurado e nem falo com arrogância, não, é porque o governo está discutindo isso desde 2019. Então, eu estou presumindo que o governo que está tem uma reflexão acumulada sobre esse tema e que, portanto, possa tranquilamente apresentar um projeto amanhã. O que não pode é a gente punir os municípios que deixaram de receber um volume importante, como bem colocou aqui o Deputado Flávio Serafini.

A minha sugestão apenas, Deputado Luiz Paulo, eu sei que é essa a sua decisão e do Deputado Flávio Serafini, que a gente continue a reunião para a gente decidir aqui até da composição dos critérios desse imposto de educação, já uma emenda aqui trazida pelo Deputado Waldeck, que sistematizou, que foi discutido aqui, mas que a gente decida aqui e decida também no colégio de líderes condicionando a retritada, que não seja essa retritada, não impeça os 92 municípios do Rio de Janeiro a receber os benefícios que serão concedidos por essa modificação tributária. Obrigada, presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Obrigada.

Deputado Chico, o Senhor prefere falar depois do Deputado Ferreirinha? (Pausa) Pois não, Deputado Ferreirinha.

O SR. RENAN FERREIRINHA - Boa tarde a todas e todos. Queria saudar aqui o presidente Deputado Luiz Paulo, Presidente Deputado Flávio Serafini, Deputada Martha Rocha, Deputado Waldeck Carneiro, e saudar aqui também de forma muito afetiva e fraterna o meu querido amigo, Deputado Chico Machado. O Chico sabe do carinho e respeito que eu tenho por ele, desde o dia em que entramos nessa Casa, de maneira bastante animada, inusitada, e vivenciamos um período ali na transição de 2018 para 2019 bastante parecido, a questão da recontagem, tudo mais. Como a Deputada Martha Rocha falou, é muito importante que a gente tenha um Deputado que se coloque no papel de líder de governo, que independente das divergências que nós tenhamos, e aqui, no caso, os demais cinco Deputados têm divergências públicas, com o atual governo, mas um de nós tem que assumir esse papel, que muitas das vezes é um papel de interface, um papel de diálogo, e eu tenho certeza de que o Deputado Chico Machado reúne as características para poder ter um diálogo bastante fraterno com essa Casa e, também, trazer os temas aqui mais importantes. Então, também desejo muita sorte, Deputado Chico, nesses próximos desafios perante a isso.

Só queria aqui pontuar, e não me alongando tanto, acho que todos os Deputados falaram, nós temos aqui, Deputado Chico Machado, um debate muito profundo e muito rico nessas últimas reuniões. Eu, particularmente, não me recordo de outra matéria que eu trabalhei nessa legislatura com tanta profundidade e riqueza nos detalhes e no impacto que a gente está.

Esse é um assunto que eu, particularmente, estudo há quase quatro anos. Sou autor de um projeto do ICMS educacional desde 2019. Quando o Fundeb foi renovado, o novo Fundeb, em 2020, se tornou obrigatório em um prazo de dois anos, o governo estadual perdeu esse prazo e enviou um projeto já no prazo atrasado. Então, deveria ter sido aprovado pelo estado do Rio de Janeiro até o dia 26 de agosto de 2022. Perdeu-se esse prazo e a gente está agora correndo atrás desse prejuízo que, como o Deputado Flávio Serafini bem falou, isso afeta muito os municípios do Rio de Janeiro.

Eu tenho conversado com muitos municípios, conversado com a Undime. Falei, hoje, mais uma vez, com o presidente da Undime, Secretário Osório, que manifestou, mais uma vez, Deputado Flávio Serafini a urgência por parte dos municípios de ver essa aprovação.

É óbvio que a gente tem aqui nuances, Deputado Waldeck, de peculiaridades que podem ser aprofundadas, a gente está ousando aqui chegar o mais amarrado possível como algo para se deixar um bom legado. Mas, tem um prazo, e a cada dia que passa, os municípios vão perder dinheiro. Isso já está acontecendo. A gente não sabe se esse dinheiro, Deputado Chico, vai ser recuperado, a verdade é essa. Existe hoje um limbo nessa discussão, em Brasília, porque não foi regulamentado.

Então, acho que a urgência da gente aprovar esse projeto é muito importante. É natural, nós temos algumas divergências e convergências ao longo dessas últimas reuniões, mas existe por parte desse colegiado aqui já um aprofundamento muito interessante que a gente gostaria de levar, amanhã, no Colégio de Líderes, sobre diferentes indicadores educacionais dos mais diversos, desde permanência e acesso até qualidade do ensino.

Temos algumas correntes de pensamento que acreditam na temática do ressarcimento da capital, da inclusão da capital. Eu acredito que a partir do momento que cita a Lei 2664, de 1996, ela está errada, ela está desatualizada, devido a uma decisão já transitada e julgada no STF. Então, a gente precisa atualizar isso. Para mim, as duas matérias são simbióticas, elas caminham de maneira completamente conjunta, aqui o Deputado Waldeck Carneiro já manifestou essa divergência na opinião, mas mesmo assim a gente foi capaz de aprofundar muito o debate aqui. Porque existe um tema muito importante que precisa ser decidido, referente a essa entrada, a esse ressarcimento. Isso depende também de algo que tem sido o nosso grande desafio, Deputado Chico Machado, e seria muito bom se V.Exa. pudesse nos ajudar quanto a isso também. Como a Deputada Martha Rocha falou, não é nesse dia, não de forma arrogante, mas a gente precisa ter confiabilidade nos dados e o Estado, não tem passado para a gente os dados com a urgência que nós precisamos. Não é, Deputada Martha Rocha?

Ontem, até nós debatíamos aqui, eu fiz o dever de casa por parte do município indo atrás, aqueles dados, até aquele do TCM, era a própria assessoria da Secretaria Municipal de Fazenda que tinha feito uma análise prévia sem ter conhecimento dos dados. Então, por exemplo, hoje, o dado mais confiável que nós temos por parte do Município é de 6,5 bilhões que é abaixo daqueles 8 bilhões, mas também não é aquela questão do TCM que foi da própria assessoria da Sefaz. Lá, o texto está dizendo isso. O buraco não é tão profundo como se pensava de oito bilhões. Mas, ele é algo bem significativo. Então, a gente precisa dessa confiabilidade e o estado tem esses números. Esse grupo de trabalho tem. A Secretária de Fazenda tem um *staff* e um corpo técnico extremamente capacitado, isso não é menosprezando aqui o trabalho, mas não é um trabalho extremamente complexo, esse número existe. Agora, precisa de um alinhamento por parte do Estado de entender o quão importante é para os municípios.

Eu acredito aqui, Deputado Chico Machado, que ao invés de um atestado de omissão e de apatia por parte do Estado nessa discussão, o que a gente mais precisaria aqui seria da participação ativa do estado para que a gente possa sair daqui com um legado. Eu tenho muita convicção, eu até brincava com o Wagner Víctor, subindo aqui, que esse para mim é um dos projetos que tem maior capacidade de revolucionar a educação do estado do Rio. Porque aqui a gente coloca os vetores para formação de boas políticas públicas que vão gerar mais escolas de tempo integral, que vão gerar mais cobertura de educação infantil, que vão gerar melhoria na importância do SAEB e, consequentemente, do IDEB e dos outros indicadores. Então, isso é muito importante, existe uma urgência muito clara. E a gente já tem um conhecimento acumulado aqui com o estado participando que, a meu ver, a gente tem totais condições de dar sequência a essa discussão amanhã e consequente aprovação, em Plenário, do que for decidido pelo Colegiado da Assembleia. É isso, presidente, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Deputado Chico Machado.

O SR. CHICO MACHADO - Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas. Como eu falei no início, eu deixei claro que todas as propostas que foram nessas quatro Audiências que foram feitas, todas essas propostas serão levadas em consideração. Tenho certeza também que todos nós sabemos que esses dois últimos anos que nós passamos, se nós não tivéssemos os problemas políticos que nós tivemos no nosso estado, o problema da própria pandemia que nós enfrentamos, um governador que foi cassado posteriormente, o vice assume o mandato em uma situação de reconstrução do nosso estado. Então, temos que levar em consideração essas questões que impediram que envolvesse um debate, uma convergência sobre todos os assuntos, especialmente esse assunto que é tão importante para o nosso estado.

Eu quero dizer que eu tenho certeza hoje, eu vou ter uma conversa com o Secretário de Fazenda às 17 horas, vou também cobrar essa questão do prazo. O Deputado Flávio Serafini deixou aqui um dado muito importante, a questão dos 160 milhões de reais. Eu sou líder hoje de um Governador que foi reeleito com 58% dos votos. O compromisso dele com o Estado do Rio de Janeiro é muito grande, é um jovem que tem se desdobrado para fazer o melhor pelo nosso Estado. Tenho certeza de que a união de todos nós, governo, oposição, aqueles que se colocam como independente também, é para o melhor do nosso estado.

Nós precisamos resolver essa questão da cidade do Rio de Janeiro, nós temos que conversar porque a grande verdade que muitas das vezes as pessoas não têm noção, não estou aqui desmerecendo ninguém, mas muitas das vezes as outras cidades não têm noção do que é discutido e que vai mudar a vida financeira, a vida de cada cidade. A gente tem que trazer também essa realidade, mostrar como é essa questão toda, encontramos um alinhamento que temos que cumprir, obviamente, e será cumprida que é a questão da cidade do Rio de Janeiro. Infelizmente, ela foi excluída, em 1996, e criou-se esse imbróglio jurídico e financeiro. Mas, que agora foi decidido e temos que encontrar um caminho para essa questão.

Mas, o que eu quero deixar claro, aqui, Deputado Luiz Paulo, Deputada Martha Rocha, Deputado Flávio Serafini, Deputado Waldeck Carneiro, Deputado Renan Ferreirinha é que a intenção do governo, a vontade do governo é encontrar uma saída que possa atender todos os requisitos legais. Alguns dizem: "o prazo já prescreveu, já passou". Mas, volto a dizer, nós não tivemos dois anos tranquilos como gostaríamos, infelizmente, com a questão da pandemia, a questão também da cassação do ex-governador Wilson Witzel, enfim. O compromisso da liderança do governo é de encontrarmos o mais rápido possível, nós temos a nossa assessoria que se faz aqui presente, que participou de todas essas Audiências, consolidar todas essas propostas para que possamos, dentro daquilo que for possível, encontrar um texto que atenda a todas as questões. Esse é um compromisso que eu assumo e eu estou aqui como um grande aprendiz de todos vocês.

Não é defeito nenhum a gente aprender todo dia, eu tenho aqui o Deputado Luiz Paulo que é um professor que nós temos aqui. Ele pode ser parte da oposição, mas a oposição dele pode ser de ideias, mas não contra as pessoas e contra o Estado do Rio de Janeiro, como o Deputado Flávio Serafini, a Deputada Martha Rocha, o Deputado Waldeck Carneiro, o Deputado Renan Ferreirinha. O que nós vamos fazer é olhar, rapidamente, para esse assunto para que possamos trazer um projeto ou alguns projetos nesse sentido, para que se possa solucionar definitivamente essa questão do ICMS da Educação e, também, essa questão que nós precisamos: de forma alguma perder esses 160 milhões de reais para todos os 92 municípios do estado do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Vou tecer um comentário final e dar continuidade. Deputado Chico Machado, sendo absolutamente pragmático, de segunda-feira que vem até o final dos trabalhos legislativos, em tese, temos 45 dias, partindo do pressuposto que, em geral, o recesso é decretado em torno de 15 de dezembro, quando se aprova a LOA.

Nós temos ainda, senhor líder do governo, que aprovar a revisão do PPA, aprovar a LOA, debater as contas do governador e submeter ao Plenário de 2021. E, salve o erro de memória, tem 12 ou 15 vetos para serem apreciados. Mas, mesmo que eu erre na conta, tem uma pilha de vetos para serem apreciados, vetos importantes e polêmicos.

Ora, se o senhor ler o último artigo da mensagem do governo, é simples, diz aqui: "esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos, a partir do ano base de 2023, apurados em 2024, e repassados a partir de 2025." Neste mesmo artigo está escrito na mensagem do município da capital, por quê? Se a gente não fecha e sanciona a Lei desse ano a gente já jogou um ano fora, por que tem que ser esse ano? Para começar a contar a Declan, de 2023. A Declan de 2023 só fecha e é apurada em 2024, esses índices são publicados para vigorar em 2025. Então, esta é uma corrida contra o tempo e nós temos 45 dias.

Só queria lembrar a V.Exa. que é impossível desconectar a questão, pelo menos, da entrada do município dos índices da educação, por quê? Porque, no cronograma normal que o governo tinha, primeiro, ele fazia o município, decisão foi em 19, para fazer educação. Porque se faz educação, se não faz o município você vai mudar novamente todas as distribuições porque vai mudar os IPMS, vai mudar tudo. Então, queiram ou não queiram, agora viraram irmãos siameses, não tem uma discussão sem a outra. Já imagine, tem uma emenda aqui que diz assim: "O Município do Rio de Janeiro não pode se abster de praticar os atos relativos à distribuição do ICMS do setor de educação." Mais uma vez ele vai ser obrigado a uma coisa e não tem a recompensa daquilo o que o Supremo decidiu.

Então, o que a gente está falando, não só da energia, o tempo que a gente levou. O importante seria dizer assim: "Esta mensagem estará na Casa terça feira", sei lá. Porque simplesmente dizer "o governo mandará em tempo hábil mensagens para a Casa" não adianta nada. Ele tinha tempo hábil e não mandou. Agora só que ele vai acordar? E toda argumentação que o senhor coloca valeria sobre a questão, especificamente, dos indicadores de educação. Porque o tempo, o governo e o que o Deputado Flávio Serafini colocou, muda secretário, nenhum está conectado com o outro, enfim, mas em relação ao município da capital, não. O trabalho foi feito, concluído em 2021. Bastava a Casa Civil pegar a mensagem e encaminhar. O Governador quando fez o grupo de trabalho convidou o Parlamento Fluminense, inclusive, eu representei o Parlamento Fluminense no grupo de trabalho, na última reunião que foi convocada.

Por isso, não é questão de V.Exa. Se o governo diz assim "está na Casa com aval do Presidente no dia tal", evidentemente que a gente não pode concordar, não pode concordar porque só tem 45 dias e 45 dias, "mando ano que vem", perdeu um ano. Perdeu um ano por causa das Declans. O senhor conhece o que é Declan, o senhor foi vereador, foi Presidente da Câmara.

O SR. CHICO MACHADO - Presidente não.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Mas, sabe o que é Declan muito bem, sabe que tem que ter isso tudo.

Então, era só para encerrar porque hoje, aqui, Deputado, não sei se o senhor recebeu esse documento. Isto aqui é uma síntese do que foi acordado, ontem, que a gente tivesse seis critérios, isso também já baseado no que diz os textos legais. O critério de acesso aos recursos, o critério da qualidade, da permanência, da valorização do ma-